



EDITORIAL

Talvez se possa partir do pressuposto de que uma das características marcantes do humano é apresentar-se como um ser em constante conflito entre as imposições do reino da necessidade e, em contrapartida, a partir de seus esforços de nomeação e circunscrição no mundo, reconhecer nele sua condição humana contingente. Para Agamben, no compasso dos argumentos de Nietzsche e de Rilke e, citando o segundo na obra: “O Aberto”, diferentemente do ser humano, “o animal está excluído do âmbito essencial do conflito entre desvelamento e velamento, e o signo de tal exclusão é o fato de que nenhum animal e nenhuma planta tem palavra”. Somente o homem tem a potencialidade de lançar um olhar que pode lhe permitir compreender-se no mundo, mas tal compreensão depende da capacidade do humano enunciar sua humanidade, de manter a potência de seu pensamento, questionando o mundo que o circunscreve.

No bojo deste paradoxo reside a possibilidade, senão necessidade da constante profanação como forma de devolver o mundo e os entes que o compõem ao uso comum dos seres humanos. A sacralização do mundo em sua pluralidade de entidades desveladas, não apenas retira o uso comum do mundo, mas retira o humano do próprio humano, tornando-o *homo sacer*, vida nua, vida economicamente calculada nas relações de custo e benefício do poder soberano, que se sobrepõe e, impõe uma forma de vida segura à ser produzida e consumida diuturnamente. Nesta perspectiva, se torna interessante rever a passagem da obra “O Aberto”, em que Agamben cita Heidegger textualmente: “estamos absorvidos pelas coisas, inclusive perdidos nelas, frequentemente até aturdidos por elas”

Com intuito de contribuir com a potência do pensamento, com os esforços de nos mantermos humanos, a segunda edição da Revista Profanações disponibiliza onze artigos, vinculados a três de suas quatro linhas editoriais: Homo Sacer; Estâncias; O Contemporâneo, abordando questões a partir do arcabouço teórico e conceitual advindo do pensamento agambeniano e de autores afins. São estas as

seguintes contribuições: do pesquisador Pedro Ceruti, doutor em Ciências Sociais da Universidad de Buenos Aires, se apresenta a proposta de uma leitura crítica do pensamento jurídico decisionista de Carl Schmitt e, normativista de Hans Kelsen, em seu trabalho intitulado: “Acerca de las paradojas del derecho: una lectura agambeniana de la contraposición entre decisionismo y normativismo”, o qual procura demonstrar de que maneira ambos paradigmas estão circunscritos pela paradoxal relação que une o direito e o estado de exceção.

O pesquisador Hernán Gabriel Borisonik, doutor em Ciências Sociais da Universidad de Buenos Aires, demonstra em seu artigo: “Lo sagrado y lo profano nel centro del paradigma político occidental”, uma análise dos pressupostos a partir dos quais se julgava a sacralidade no paradigma político antigo, mais precisamente na Grécia. A proposta do artigo é apresentar variáveis analíticas complementares às investigações de Agamben, na medida em que o filósofo italiano se detém em suas análises sobre pressupostos da sacralidade no mundo romano.

Ésio Francisco Salvetti, doutorando em filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria, procura demonstrar em seu artigo: “A comunidade que vem: uma tarefa ética em Giorgio Agamben”, que na obra do filósofo italiano: “A comunidade que vem” encontram-se as bases que sustentam o projeto homo sacer, sobretudo uma proposta ética que acompanhará Agamben em todo o seu projeto filosófico, mas que infelizmente muitos a ignoram, lendo apenas como um projeto político.

Vanilda Honória Santos, mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Uberlândia apresenta sua proposta reflexiva com o intuito de estabelecer a relação do conceito de homo sacer presente na obra de Agamben e a exclusão do Outro nas sociedades contemporâneas, articulando uma ética da alteridade e uma filosofia política.

O artigo: “Marxismo e Redenção aspectos messiânicos no pensamento de Walter Benjamin e Theodor Adorno”, de autoria de Jeverton Soares dos Santos, Mestrando em Filosofia pela PUCRS, se propõe a demonstrar a íntima ligação existente entre o projeto marxista de emancipação e uma teoria secularizada da redenção em Walter Benjamin e Theodor Adorno. Com base em vários ensaios e fragmentos escritos em épocas diferentes por Benjamin, o autor se propõe a tratar o messianismo revolucionário benjaminiano como proposta que visa dar conta do problema do contínuo da história. Na sequência da reflexão, através de uma análise

minuciosa do último aforismo de “Minima Moralia” de Adorno, o autor apresenta a interpretação do conceito de redenção como uma forma materialista, de conceber o conhecimento e a verdade, lançando a hipótese de que é possível vislumbrar no pensamento de Adorno, uma espécie de messianismo estético, isto é, uma teoria que vê na arte a possibilidade de uma prática revolucionária redentora.

Por seu turno Pedro Lucas Dulci, Mestrando em Filosofia – UFG, em seu artigo: “A condição humana como condição urbana: por uma genealogia do antropológico no político”, problematiza a condição humana através do dispositivo antropológico privilegiado que é a condição urbana. Neste sentido, trata-se de perguntar como as dinâmicas sociais de isolamento e convivência urbana, territorializações e relações de poder na cidade contribuem, na construção de identidades e nos processos de subjetivação.

O artigo intitulado: “A filosofia política de Giorgio Agamben e os direitos humanos”, de autoria de Loyana Christian de Lima Tomaz, Mestranda em Filosofia pela Universidade Federal de Uberlândia-MG, analisa os conceitos de biopolítica e estado de exceção, a partir dos fundamentos políticos utilizados por Giorgio Agamben e seus precursores: Michel Foucault, Carl Schmitt e Hannah Arendt, entre outros, os quais são fundamentais para entendermos o Estado e a política contemporânea.

A doutoranda em Ciências Humanas da UFSC, Christiane Heloisa Kalb, demonstra como a contemporaneidade, por meio da sociedade de consumo, vem influenciando um dos patrimônios histórico-culturais da área central da cidade catarinense de Joinville, o Cine Palácio. A autora ao desenvolver o artigo: “O cine palácio de Joinville/SC na contemporaneidade: o improfanável de Agamben na sagrada Igreja Universal”, procura compreender como um local supostamente profano, como era primeiramente o teatro e depois o cinema, principalmente, em razão da exibição de filmes pornôis, pode se tornar em um local dito sagrado perante seus fiéis através da locação de uma Igreja.

O artigo intitulado: “Dispositivo: um conceito, uma estratégia”, de autoria da pesquisadora psicóloga e mestre da UNIFESP, Priscila da Silva visa problematizar o termo dispositivo a partir da discussão em torno de sua conceituação e uso metodológico na analítica dos mecanismos de poder.

Em seu artigo: “Poesia e Ética em Giorgio Agamben”, o pesquisador Jerônimo De Camargo Milone, Mestrando em Filosofia na PUC/RS procura estabelecer conexões desde o pensamento de Agamben acerca da política, da ética e da linguagem com a obra de Blanchot, notadamente “O Espaço Literário”, e com a obra de Derrida, “Força de lei”. Com o objetivo de pensar o litígio filosófico-poético para além do banimento platônico, orientando-se a um pensamento da justiça desvinculando à questão ontológica do ser como justiça, crítica apontada por Maria Zambrano.

E fechando o conjunto de artigos desta segunda edição da Revista Profanações, os pesquisadores: Bruno Silveira Rigon, Mestrando em Ciências Criminais, e Leandro Ayres França, Doutorando e Mestre em Ciências Criminais ambos pela PUC/RS, propõem através do artigo: “Um genocídio cotidiano: as periferias brasileiras como espaços de exceção”, demonstrar a partir de dados publicados por relatórios nacionais e internacionais, e de testemunhos coletados em pesquisa com indivíduos aprisionados, a violência das agências policiais brasileiras nas periferias urbanas, no contexto de redemocratização, demonstrando como tais regiões se qualificam como espaços de exceção, adequando-se ao modelo teórico de Giorgio Agamben.

A partir das contribuições analíticas, reflexivas dos referidos autores e seus artigos, bem como, da comissão científica, a Revista Profanações alcança sua segunda edição, afirmando sua proposta editorial, bem como, procurando se constituir como um lócus do uso comum da potência do pensamento. Sob tais perspectivas é que se apresenta a contribuição da Revista Profanações para a compreensão de aspectos das estruturas políticas, jurídicas, econômicas e seus dispositivos em que nos encontramos inseridos. Desejamos à todos boa leitura.

Os Editores.